



Revista Brasileira de Direito Municipal - RBDM Belo Horizonte, ano 15, n. 53, jul./set. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ A licença do prefeito e do vice-prefeito para tratar de interesse particular: um estudo de caso a partir do princípio da simetria
Ademar Borges
- ◆ Regularização fundiária em terras particulares: desafios à efetivação da usucapião especial coletiva urbana
Luana Xavier Pinto Coelho, Isabella Madruga Cunha
- ◆ TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2ª - REEXAME NECESSÁRIO nº 70065890366
Luís Alberto Thompson Flores Lenz
- ◆ Pagamento de gratificação a ocupante de cargo em comissão
Vinicius Nascimento Santos
- ◆ A prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal municipal, estadual e federal
Vinicius Rocha Braga Lessa
- ◆ Sustentabilidade e função social do espaço urbano: direito à cidade e ressignificação
Maria Coeli Simões Pires, Mila Batista Leite Corrêa da Costa
- ◆ A natureza sancionatória da alíquota do IPTU progressiva no tempo
Müller Nonato Cavalcanti Silva
- ◆ Sobre a delegação do “poder de polícia”
Luis Manuel Fonseca Pires
- ◆ A contratação temporária por excepcional interesse público sob a ótica do STF
Maria Elisa Braz Barbosa, Gilberto Pinto Monteiro Diniz
- ◆ A concepção jurídica das regiões metropolitanas no Brasil: um estudo sobre o modelo institucional e o arcabouço legal da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Breno Longobucco, Matheus Guimarães Novais
- ◆ Centro de Serviços Compartilhados: a experiência do Estado de Minas Gerais
Andreane Rocha Thomaz, Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz

- ◆ Aplicabilidade do Princípio da Cidadania no âmbito da Gestão Pública Municipal pelo viés do Estado Democrático de Direito
Rodrigo Luiz Alves, Alissane Lia Tasca da Silveira

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
IDireito Ambiental – Responsabilidade civil por dano ambiental – Recurso especial representativo de controvérsia – Danos decorrentes do rompimento de barragem – Acidente ambiental ocorrido, em janeiro de 2007, nos Municípios de Mirai e Muriaé, Estado de Minas Gerais – Teoria do risco integral – Nexo de causalidade
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Royalties – Município com equipamentos destinados ao embarque e desembarque de gás natural/petróleo – Lei nº 9.478/1997 e Lei nº 12.734/2012 – Compensação financeira devida tão somente às áreas produtoras/extrativistas
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Administrativo – Ação civil pública de improbidade administrativa – Ex-prefeito do Município de Ipatinga/MG – Contratação de servidores sem prévio concurso público, com respaldo na Lei municipal ipatinguense 1.610/98 – Ausência de manifesta ilegalidade e de ato doloso – Manutenção da sentença e do acórdão do Tribunal de origem acerca da inadequação da ação de improbidade (art. 17, § 11 da Lei 8.429/92)
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Administrativo – Improbidade administrativa – Contratação de escritório de advocacia para a defesa pessoal de agente político – Impossibilidade – Alegação de desproporcionalidade da pena desacompanhada da indicação do dispositivo de lei que estaria sendo violado

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Ambiental
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Processual Penal e Penal
- ◆ Servidor Público
- ◆ Tributário

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Ministro suspende decisão que condenou ex-prefeito Cesar Maia
- ◆ Liminar suspende pagamento de dívida milionária pelo município de São Paulo
- ◆ Mantida decisão que proibiu redução de salário dos servidores municipais de Mucambo (CE)
- ◆ Cassadas decisões do TCM-CE que julgaram irregulares contas de ex-prefeitos
- ◆ Inviável ADPF contra lei municipal que veda pagamento de hora extra a comissionados